

# INSTITUIÇÕES, CAMPOS E CONTINGÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE AS MUDANÇAS ECONÔMICAS A PARTIR DA INDÚSTRIA VINÍCOLA EUROPEIA

## INSTITUTIONS, FIELDS, AND CONTINGENCIES: A PERSPECTIVE ON ECONOMIC CHANGES FROM THE EUROPEAN WINE INDUSTRY

Roberto Martins Mancini\*

ITÇAINA, Xabier; ROGER, Antoine; SMITH, Andy. *Varietals of capitalism: a political economy of the changing wine industry*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2016. 266 p.  
**Palavras-chave:** Indústria do vinho. Mudança econômica. Políticas econômicas. Instituições. Teoria dos campos.

O debate sobre as instituições vem assumindo um estatuto de destaque na Ciência Econômica e na Sociologia desde as últimas décadas do século XX. O corolário foi o desenvolvimento de diferentes abordagens que colocaram as instituições como o ponto nevrálgico para o entendimento de uma gama de problemas propostos: da economia às organizações políticas, as abordagens institucionalistas têm ganhado espaço como método de análise (HALL; TAYLOR, 2003).

Em sentido *lato*, as instituições são en-

tendidas como regras, normas, convenções ou entendimentos coletivos, mantidos pelos costumes ou sancionados por acordos explícitos ou implícitos, que conferem estabilidade para ação de atores individuais e coletivos em mundos sociais. Na investigação da economia, em especial os mercados, modelos teóricos pautados na análise das instituições têm sido empregados nos estudos da dinâmica de formação, reprodução (estabilização) e transformação desses espaços de ação. Pesquisas norteadas por essa agenda se intensificaram através da Nova Economia Institucional e Nova Sociologia Econômica.

Diante dessas diferentes abordagens, Xabier Itçaina, Antoine Roger e Andy Smith, pesquisadores e professores do CNRS-Centre Emile Durkheim da Universidade de Bordeaux (França) propõem uma pers-

\* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. Bolsista de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc). E-mail: robertomancinics@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3660-3415>.

pectiva de teorização institucionalista da atividade econômica. Tendo por base uma ampla pesquisa empírica, realizada durante quatro anos na França, Espanha, Itália e Romênia, o estudo investiga os efeitos de uma profunda reforma (*deep reform*) política na indústria do vinho ocorrida no âmbito da União Europeia em 2008<sup>1</sup>.

O livro em pauta, *Variedades de Capitalismo: uma economia política da indústria do vinho em mudança* (2016), publicado originalmente em inglês, apresenta a abordagem dos autores denominada “contingência estruturada” (*structured contingency*). A obra está dividida em três partes e oito capítulos. Em sua primeira parte, composta por dois capítulos, traz uma análise detalhada sobre os modelos teóricos, sobretudo institucionalistas, que se tornaram proeminentes na interpretação de mudanças ocorridas em fenômenos econômicos (e.g., mercados, setores da indústria): a economia institucional (Teoria dos Custos de Transação), a teoria da regulação, o institucionalismo sociológico e a Teoria Ator-Rede (TAR). Estes modelos são também apontados como majoritários na produção bibliográfica sobre as mudanças na indústria do vinho.

As transformações pelas quais passou a indústria europeia de vinho, em seus aspectos organizacionais e comerciais, especial-

mente após uma profunda reforma política adotada pela União Europeia em 2008, foi o mote através do qual todas essas teorias são mobilizadas no livro. Essa reforma consistiu na desestruturação de políticas econômicas que caracterizavam o Common Market Organization (CMO) válido na União Europeia, e que por longo período organizaram um formato tradicional de produção vinícola no continente europeu, baseado nas Denominações de Origens Controladas (*Appellations d’Origine Contrôlées*)<sup>2</sup>, de modo a incentivar os produtores a adequarem sua oferta às demandas oriundas de um “novo consumidor”, que emerge em meio ao crescimento das exportações de vinhos vindas do mercado do “Novo Mundo”<sup>3</sup>.

A reforma modificou algumas políticas econômicas destinadas à produção de vinho, caracterizando uma postura estatal menos intervencionista e menos tradicional, como visto na prática: abandonou-se a intervenção direta nos mercados através de subsídios destinados à destilação de excedentes de vinhos; leis que antes impediam os produtores europeus de utilizar técnicas de produção adotadas em outras partes do mundo foram anuladas; categorias mais simplificadas de classificação dos vinhos europeus foram criadas; esforços para promover os vinhos europeus em outros con-

1 Embora se concentrem nos efeitos da reforma na produção europeia de vinho a partir de 2008, o estudo apresenta três tipos de finalidades mais amplas: i) temporal, tendo em vista considerar as transformações dos últimos 20/30 anos pelas quais passou este setor; ii) analítica, pois é intenção da obra se inserir no debate geral sobre as circunstâncias envolvidas nas mudanças econômicas, colocando-se como alternativa teórico-metodológica para a investigação da questão nas Ciências Sociais; e iii) escalar, na medida em que indústrias organizam-se por meio de ordens institucionais e campos que possuem múltiplas escalas, sejam locais, nacionais, regionais ou globais.

2 “*Appellations d’Origine Contrôlées*” é uma expressão francesa referente a produtos agrícolas, como é o caso do vinho, que possuem uma origem geográfica específica e são produzidos segundo regras tradicionais de qualidade.

3 “Novo mundo” é o termo utilizado pelos autores para designar os vinhos com origem em continentes não europeus, sobretudo Austrália, África do Sul, Estados Unidos, Argentina e Chile.

tinentes passaram ser parcialmente financiado por autoridades públicas; subvenções para “modernização” da produção foram estimuladas.

O arcabouço teórico utilizado para fundamentar uma abordagem capaz de explicar o problema proposto articulou o institucionalismo com algumas perspectivas sociológicas, adequadas para diferentes questões trabalhadas no livro: o neoinstitucionalismo histórico, a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e a sociologia weberiana combinada com abordagens construtivistas.

O neoinstitucionalismo histórico, como aquele representado pela cientista política Kathleen Thelen, é apontado como uma “fonte positiva de análise” (p. 33), embora não seja desprovido de pontos cegos, que devem ser superados por outras abordagens teóricas. Este tipo de análise institucional enfatizaria algumas questões importantes para o quadro teórico dos autores, como: a consideração de políticas socioeconômicas como meios para a reprodução ou mudanças institucionais; a pormenorização das causas da mudança institucional, conceitualizada não somente a partir de choques exógenos, mas como mudanças contínuas ocorridas dentro de ordens institucionais (endógenas), como é o caso da indústria do vinho.

Contudo, é a teoria dos campos de Bourdieu que funciona como a viga mestra utilizada para basear a teoria proposta, na medida em que trata da “coincidência” entre diferentes campos, parcialmente autônomos, para construir o argumento da contingência, que produz modificações em diferentes ordens institucionais. A observação das relações de confluência ou coincidência entre campos é um aspecto central na perspectiva da contingência estruturada.

As abordagens construtivistas e a sociologia weberiana fecham o arcabouço teó-

rico proposto. Através dessas perspectivas, os autores procuram objetivar o constante trabalho político de institucionalização, desinstitucionalização e reinstitucionalização, que consiste em publicizar questões ou tornar certos instrumentos políticos (e.g., unidades de medida) evidentes para encaminhar certas escolhas políticas, e não outras, tornando-as legítimas através das práticas dos agentes.

O exame dos diferentes modelos teóricos que trataram das mudanças na indústria do vinho, é também o ponto de partida em que os autores fundamentam o seu próprio quadro analítico, delineando os limites das teorias concorrentes, ao mesmo passo em que ensinam superar as suas lacunas. Dessa maneira, ainda que reconheçam importantes contribuições de cada uma delas, endereçam algumas críticas para essas abordagens. Em todas, a chave da análise está na forma como interpretam as mudanças trazidas pela ascensão e sucesso do vinho oriundo do Novo Mundo, e as consequências que trouxeram para a organização da indústria europeia do vinho.

Entre os economistas, destacam-se duas abordagens que, na análise da mudança econômica, buscam enfatizar a oposição entre agência e estrutura: a economia neoinstitucional e a teoria da regulação.

A economia institucional. Representada fundamentalmente pela “teoria dos custos de transação”, desenvolvida por Oliver Williamson, é uma importante referência nos estudos das mudanças econômicas em geral e daquelas vivenciadas na indústria do vinho. Partindo do pressuposto da racionalidade dos atores, o comportamento econômico é entendido como inclinado ao oportunismo e ao auto interesse – o que pode ocasionar incerteza nas transações econômicas. Os custos causados pelas in-

certezas devem ser remediados através de salvaguardas institucionais, geralmente assistidas pelo Estado e, na prática, concretizadas por contratos, explícitos ou implícitos, que possuem a finalidade de proteger os interesses dos atores dos ataques dos outros. Essas medidas afastam os atores do mercado em estado puro (regulado apenas pelas trocas), e os inserem em um ambiente de hierarquia institucional (um híbrido de mercados e instituições).

Para os autores da contingência estruturada, a principal lacuna da economia neoinstitucional estaria em desconsiderar o papel de instituições não-econômicas e os seus efeitos na regulação da atividade econômica.

A teoria da regulação<sup>4</sup> baseia-se na identificação de regularidades institucionais nas esferas da produção e do consumo, capazes de garantir a acumulação capitalista. A partir da análise na noção de regimes de acumulação e na diversidade de formas institucionais que regulam a economia capitalista em diferentes escalas nacionais, os estudiosos regulacionistas que se debruçaram sobre as mudanças transcorridas na indústria vinícola europeia trataram de identificar “regimes alimentares”. O sucesso das empresas do Novo Mundo é atribuído ao melhor aproveitamento que obtiveram em adequar as suas estratégias à etapa de globalização da indústria do vinho (p. 15).

A principal crítica destinada pelos autores a essa perspectiva teórica reside em dois aspectos: i) embora identifiquem a diversidade de instituições e a hierarquia social na regulação da economia, sua abordagem é taxada como “mecanicista”, visto que as

mudanças ocorridas em escalas mais amplas (global ou nacional) são diretamente incorporadas nas menores (regional e local); ii) subestimam o papel da agência em todas as atividades econômicas.

Entre os sociólogos, dois modelos de interpretação das mudanças econômicas são examinados: o institucionalismo sociológico e a análise organizacional.

Institucionalismo sociológico. Neste modelo, as raízes do institucionalismo sociológico são identificadas pelos autores através de um híbrido entre duas abordagens alternativas: análise de redes sociais (*social network analysis*) e análise organizacional (*organizational analysis*). Colocando-se como contraponto à economia neoinstitucional, a análise de redes, capitaneada por sociólogos como Harrison White e Mark Granovetter, trabalhou o argumento fundamental da análise sociológica da ação econômica: o paradigma da imersão (*embedded*). Essa perspectiva busca escapar das soluções da teoria dos custos de transação. Em vez dos riscos envolvidos nas relações econômicas serem sanados por cálculos utilitaristas, estariam fortemente imersos em contextos sociais que geram confiança ou desconfiança.

Análise organizacional. Este modelo tem como principais expoentes os sociólogos Paul DiMaggio e Walter Powell. Essa abordagem trabalhou a ideia de pressões institucionais que organizações como as empresas estão expostas, tendendo a priorizar a busca por legitimidade – antes do lucro –, quando passam a adotar as mesmas rotinas e visões de mundo. A noção de “campo organizacional” complementa a análise, posto que este

4 Originada nos anos 1970 na França, e elaborada por um grupo de economistas heterodoxos neomarxistas, a teoria da regulação concentrou-se em torno das figuras de Robert Boyer e Michel Aglietta (BOYER, 2009).

é formado a partir do aumento de trocas de informações, que conformam uma racionalidade coletiva, cujo resultado é a possibilidade de homogeneização das características organizacionais. A criação, manutenção e disrupção institucional estaria relacionada com o “trabalho político” (*institutional work*), ação propositada e objetivada de indivíduos ou organizações (p. 17).

O modelo teórico dos Campos de Ação Estratégica (Strategic Action Field) de Neil Fligstein e Doug McAdam<sup>5</sup>, representaria um refinamento analítico dessas duas abordagens, que se baseia em duas noções principais: a de campo e a de habilidade social (*social skill*). O significado de “campo” para esses autores estaria mais fundamentado nos acordos intersubjetivos e lógica institucional compartilhada entre os atores, do que na dinâmica resultante do espaço estruturado e assimétrico de posições, e das possibilidades e impossibilidades que traz para os seus ocupantes, como enfatizado na teoria dos campos de Bourdieu.

A habilidade social refere-se à capacidade que atores possuem em fazer coalizões, mobilizar identidades coletivas e propor soluções para problemas coletivamente colocados no campo. Os estudos da indústria do vinho através dos campos de ação estratégica utilizam o conceito de habilidade social como principal chave analítica, e explicam a consolidação de regiões tradicionais do vinho, como é o caso de Bordeaux (França), e a emergência nas últimas décadas daquelas situadas no Novo Mundo, como Napa Valley, na Califórnia (EUA). Nos dois casos, a capacidade de certos atores em construir alianças e mobilizar identida-

des coletivas, seja entre produtores ou entre estes e os viticultores, foi determinante para (re)formular culturalmente o campo (empreendedores culturais).

A teoria ator-rede – perspectiva teórica centrada em torno dos escritos de Bruno Latour e Michel Callon –, focaliza nos arranjos de humanos e não humanos (atores e actantes), através dos quais surge a ação<sup>6</sup>. Para estes teóricos, não existe realidade ou contextos sociais fora das redes. A teoria ator-rede ganhou relevância nas últimas décadas como lente para analisar mercados, evidenciando as redes sociotécnicas constituídas por essas categorias de agentes, e os seus dispositivos técnicos (e.g., tecnologias informacionais, estatísticas) que permitem aos atores realizar performances conforme a cognição – por exemplo, econômica – adequada.

A análise da indústria do vinho atribui a consolidação de regiões vinícolas à construção de rede de atores (*actor-network*) e aos dispositivos sociotécnicos operantes em cada um desses mercados. Pesquisadores desta abordagem atribuem a consolidação de modelos de produção muito tradicionais na Europa, como aquele caracterizado pelas Denominações de Origem Controlada (*Appellations d’Origine Contrôlée*), ao papel desempenhado pelas Exposições Universais de Paris de 1889 e 1900 na formação de uma rede que aglutinou uma diversidade de atores (produtores, comerciantes, pesquisadores, jornalistas etc.) e actantes (a videira). Os estandes que apresentaram os vinhos neste evento funcionaram como aparatos políticos e econômicos que estabilizaram o mercado do vinho (p. 27), posto que poucos anos depois (1905) logrou-se a primeira

5 Cf. FLIGSTEIN; McADAM, 2012.

6 Cf. CARNEIRO, 2019.

lei que delimitou as áreas e as normas produtivas vinculadas aos territórios (terroirs) tradicionais de produção vinícola.

Nessa interpretação, o sucesso dos vinhos provenientes dos países do Novo Mundo acontece pela emergência de uma nova ator-rede, controlada pelas empresas dessas localidades. A construção de um novo sistema de classificação e apreciação de vinhos (dispositivo sociotécnico) permitiu aos produtores da região do Napa Valley atraírem consumidores.

A crítica endereçada aos pesquisadores da teoria ator-rede deve-se ao seu caráter apolítico e a-histórico, visto que explanam a agência dos atores, mas ignoram as estruturas sociais que condicionam essa atuação. Ainda de acordo com os autores, neste modelo teórico uma empresa pode se afirmar enquanto porta-voz de uma ator-rede. O modo como estas redes são concebidas, apoiadas em dispositivos sociotécnicos, e coordenando operações cognitivas, desconsidera a estrutura de posições diferenciadas (aspectos estruturais) e as assimetrias e possibilidades vinculadas a cada posição, que são indispensáveis – na perspectiva bourdieusiana dos campos, em grande medida endossada pelos autores – para determinar as ações e as interações (p. 29-30).

Para os autores da contingência estruturada, a abordagem do institucionalismo sociológico também carece dessa mesma fundamentação, estando “mais interessados em examinar as interações dos atores em si, do que subordinar a análise a uma teoria que visa as estruturas de posições que configuram a ação” (tradução nossa, p. 31). Ao mesmo tempo, tanto a teoria do ator-rede quanto

o institucionalismo sociológico ignoraram os efeitos – e contingências – das representações construídas em outros espaços (campos), parcialmente autônomos no curso da ação e nos contextos sociais em que ocorrem.

No segundo capítulo é apresentada a perspectiva da contingência estruturada, usando como caso modelar a indústria do vinho. Um dos pressupostos da obra é considerar as instituições como os mais importantes objetos de estudo da Ciência Social contemporânea. Instituições, como aquelas presentes na economia, são socialmente determinadas, e por isso, “somente podem ser estudadas sociologicamente” (p. 32). Os autores organizam o seu modelo através de três dimensões de análise: (i) instituições, (ii) campos e (iii) trabalho político, propondo-o como uma alternativa teórica para o debate – elementar na teoria sociológica – acerca da relação entre estrutura (exógena) e agência (endógena).

(i) A perspectiva de instituições adotada no livro está inextricavelmente relacionada com a legitimidade que deve possuir do ponto de vista das práticas sociais. Uma das críticas ao neoinstitucionalismo histórico estaria na forma como correlacionam as mudanças institucionais com o comportamento dos atores. Assim, na medida em que os governantes põem em curso essas mudanças (e.g., como aquelas logradas por políticas econômicas), “bloqueiam” um *modus operandi* anteriormente vigente no campo ou ordem institucional, alterando o comportamento dos atores<sup>7</sup>. Para os autores, por sua vez, a mudança se institucionaliza completamente apenas quando é aceita como algo que, de alguma forma, se adequa às práticas dos atores. A percepção das instituições e os

7 Nessa perspectiva de institucionalismo, as instituições se autorreforçam, estando o comportamento dos atores prontamente associados às mudanças institucionais, incluindo os comportamentos futuros, pois as mudanças institucionais são também consideradas em uma perspectiva de *path dependence*.

seus efeitos no âmbito das práticas sociais, aproxima o argumento a uma perspectiva, antes de tudo, weberiana, e mais diretamente, bourdieusiana. Em vez de estarem enredadas em um exame racional, que avalia, entre outras questões, as possibilidades e constrangimentos ocasionados pelas instituições no curso da ação, cada ator as “utiliza” e as constrói de diferentes formas, tendo como parâmetro o senso prático consolidado pela sua trajetória no espaço social<sup>8</sup>.

No caso da indústria do vinho, esse tipo de situação é exemplificado da seguinte forma:

Portanto, é necessário incorporar nas análises de mudança institucional a diversidade de atores em uma indústria e como suas práticas se relacionam com as instituições (e.g., cooperativas de vinho historicamente possuem práticas diferentes que produtores independentes e diferentes relações com o CMO do vinho). Assim, enfatizamos como a mesma política pode ser construída e utilizada de maneiras diferentes, contribuindo (ou não) para sua institucionalização em cada uma das regiões e profissões que ela afeta (tradução nossa, p. 34).

A institucionalização de políticas e das normas e regras que prescrevem, depende, portanto, da sua capacidade de ser construída e adequada conforme as práticas dos atores (i.e., adquirirem legitimidade). Nesse

sentido, a definição de instituição endossada pelos autores as considera como construídas através das práticas sociais e nas representações que as amparam, compartilhadas pelos atores:

Sentimos que as instituições são mais bem definidas como sistemas estáveis e codificados de visões de realidade amplamente compartilhadas (representações sociais), e das práticas que elas sustentam. Assim, argumentamos que a análise deve se concentrar na natureza, socialmente construída, tanto das instituições quanto da mudança institucional, bem como nas precondições ideacionais da (des)estabilização institucional (tradução nossa, p. 35).

Diferente de modelos de análise como o dos Campos de Ação Estratégica de Fligstein e McAdam, que tratam os mercados ou setores da indústria como campos em si, a abordagem em pauta aborda atividades econômicas como a indústria vinícola europeia enquanto uma ordem institucional. As ordens institucionais são compostas por quatro grupo de instituições, denominadas “relações institucionalizadas”<sup>9</sup>. Estas quatro relações institucionalizadas governam uma indústria, e tendem a gerar padrões relativamente estáveis de práticas dos atores: finanças (*finance*) – instituições de acesso ao capital; emprego (*employment*)

8 Nessa forma de abordagem das instituições, os autores criticam teorias como o institucionalismo da escolha racional e a Economia Institucional, para quem as instituições e os seus efeitos são racionalmente avaliados pelos atores conforme os seus interesses.

9 Como apresentado, essas instituições são concebidas pelos autores em uma perspectiva multiescalar. Na indústria do vinho, algumas são mais modeladas pela influência de uma dinâmica global (caso das finanças, fornecimento e comércio), e outra remanesce vinculada a aspectos institucionais mais nacionalizados (relação institucionalizada do emprego). De todo modo, a “dinâmica do campo é o que estrutura as relações entre escalas e mudanças políticas” (tradução nossa, p. 47).

– instituições profissionais, trabalho e recursos humanos; abastecimento ou fornecimento (*sourcing*)<sup>10</sup> – instituições relacionadas à produção e ao processamento dos produtos; e comércio (*commerce*) – instituições de mercado.

(ii) A forma como é compreendida a reprodução-transformação das instituições e as práticas sociais que as fundamentam, leva em conta a segunda dimensão de análise do modelo teórico proposto: os campos. As ordens institucionais são estruturadas por diferentes campos. Este é o núcleo do quadro interpretativo dos autores, pois é através das relações entre os campos que o seu argumento mais distintivo é revelado: as contingências que ressoam entre esses diferentes espaços de ação, e que são indispensáveis para a manutenção ou mudança das instituições que organizam as ordens institucionais.

Tendo por referência a clássica noção desenvolvida por Bourdieu, o campo é compreendido enquanto um espaço de posições estruturadas, cujos ocupantes mantêm suas posições pela quantidade e variedade de “capital” adquirido<sup>11</sup>. Neste caso, é também um “campo de lutas” ou “campo de forças”, definido pela distribuição objetiva de diferentes tipos e quantidade de capitais, que também estão envolvidos em uma confrontação simbólica entre os agentes para definir o portfólio mais legítimo de capital dentro do campo. Os autores reforçam o as-

pecto estrutural e relacional dessa noção, criticando as abordagens que priorizam a iniciativa direta e isolada de grupos ou indivíduos em interações ou relações interpessoais, sem considerar a dinâmica hierárquica do campo<sup>12</sup> definida pela estrutura de posições objetivamente ocupada segundo os capitais dos ocupantes, e que determina a sua capacidade de tomada de decisão.

No estudo de caso apresentado, são consideradas a dinâmica e as transformações ocorridas em três campos relacionados à indústria do vinho: científico, econômico e burocrático. O ponto de maior originalidade da abordagem do livro em pauta está em considerar a estabilidade e as transformações institucionais como causadas, em grande medida, pelas coincidências ou disjunções (contingências) ocorridas entre os diferentes campos. Isto é, as mudanças ocorridas nos campos e o efeito de coincidência entre eles foi o que modificou a ordem institucional do vinho nas últimas décadas.

Os campos são parcialmente autônomos. O seu grau de autonomia varia conforme o tempo e a sociedade em questão, e as suas fronteiras geralmente são objeto de disputas e tensões. Assim, os autores reiteram o argumento das consequências das relações entre campos, que podem trazer contingências na forma como estão organizados. Essencialmente, as ordens institucionais são o produto dessas relações contingentes entre diferentes campos<sup>13</sup>. Destarte, a relação entre

10 *Sourcing* possui alguns significados: fornecimento, abastecimento, suprimento, provisionamento. É aplicada no livro em discussão para se referir aos aspectos e atores envolvidos na produção do vinho.

11 Cf. BOURDIEU, 2005.

12 As abordagens que mais recebem essa crítica são: a teoria do ator-rede e o institucionalismo sociológico, representado sobretudo pela perspectiva de Fligstein e McAdam (2012).

13 Este ponto de vista é reforçado seguidas vezes no livro: “É, portanto, vital compreender a relação entre campos e como a sua natureza contingente molda a ordem institucional de uma indústria, tal como a indústria do vinho” (tradução nossa, p. 44).

campos pode engendrar “ressonâncias acidentais” ou “coincidências estruturais”, uma vez que as lutas travadas em torno de questões específicas dentro de cada um desses espaços podem trazer conexões ou transferências em outro<sup>14</sup>. É nesse sentido que lutas simbólicas em torno de certas classificações, desenvolvidas em um campo específico, podem resultar em “cadeias causais de intersecções contingencial” (p. 46), que causam um efeito de ressonância – e uma conjunção – que alteram a dinâmica e a balança de poder entre as posições de outro campo. Um exemplo desse tipo denexo causal é a forma como conclusões de pesquisas e receituários prescritos para a ação, divulgadas por jornais especializados, conferências, levantamentos estatísticos, formulados por acadêmicos e especialistas no campo científico, influenciou atores do campo econômico e burocrático, seja na produção, comércio ou administração política.

A filiação à teoria dos campos de Bourdieu é o meio pela qual os autores desenvolveram um complexo modelo teórico. É também um importante meio pelo qual criticam e buscam se distanciar de algumas das abordagens concorrentes. A adesão à perspectiva bourdieusiana é enfatizada na conservação de aspectos fundamentais da teoria dos campos. Um desses aspectos é a rejeição de quadros interpretativos que não levam em conta a distribuição desigual de

tipos e quantidades de capital, que atrelam os agentes a posições objetivadas e às suas possibilidades de ação correspondentes. Os autores assinalam usos indevidos ou levianos da abordagem dos campos. Neste ponto, corroboram a crítica de Bourdieu ao institucionalismo sociológico, que estudam as estratégias dos produtores nos mercados não pelos constrangimentos inerentes à estrutura de posições e à devida posse de capitais valorizados no campo, mas à observação ou decifração do comportamento dos outros produtores<sup>15</sup>.

Mais uma vez, o modelo dos campos de ação estratégica de Fligstein e McAdam (2012) simbolizariam essa utilização e reformulação considerada problemática da teoria de Bourdieu. O destaque que esta teoria confere à habilidade social, focada na capacidade e iniciativa dos atores em empreender cooperação e identidades coletivas, deixaria de lado o aspecto do campo enquanto um espaço de lutas e de posições estruturalmente determinadas<sup>16</sup>. Contudo, embora largamente inspirados por Bourdieu, os propositores da contingência estruturada assumem que fazem um “uso seletivo” da teoria dos campos, posto que não se utilizam da noção de *habitus*. A posição endossada é de que os dois conceitos podem ser utilizados separadamente<sup>17</sup>, dado que foram desenvolvidos em tempos diferentes.

14 o desenvolver este argumento, os autores fazem referência à noção de “homologia estrutural”, importante elemento da teoria dos campos de Bourdieu.

15 O que representaria, no ponto de vista de Bourdieu, uma descrição interacionista das estratégias (p. 41).

16 Sobre essa questão, os autores reforçam: “nós estamos do lado de Bourdieu e, portanto, daremos pouca importância sustentada à habilidade social dos atores” (tradução nossa, p. 41).

17 Neste aspecto, os autores referenciam o sociólogo norte americano Michael Burawoy, que defende que a noção de *habitus* pode ser utilizada sem estar presa à de campo, uma vez que o “espaço de posições pode moldar práticas acima de qualquer *habitus*” (tradução nossa, p. 41).

(iii) Completa o modelo teórico da contingência estruturada como dimensão de análise o trabalho político (*political work*). Esta noção é utilizada como elemento heurístico para a compreensão do processo de institucionalização (ou mesmo de reinstitucionalização/desinstitucionalização) e legitimação que aspectos estruturantes de uma ordem institucional passam. O trabalho político ocorre nos campos que estruturam uma ordem institucional, e por isso está relacionado com a dinâmica de lutas entre atores com diferentes posses de capital. A capacidade de disputa em torno da construção pública de certos problemas (i.e., formulação de problemas políticos), instrumentos políticos e classificações, varia conforme a disposição dos atores no campo.

Na visão dos autores, observar o processo contínuo de mudança política e construção institucional a que indústrias como a do vinho estão sujeitos, evita cair em definições mais formalistas do “político”, que tendem a perceber o Estado e suas divisões burocráticas como um corpo homogêneo e substancializado de ações e intenções, e não como um espaço de lutas internas e de ressonância entre diferentes campos interseccionados. O processo de coincidência e confluência entre os campos geram espaços para o trabalho político institucionalizar certas questões, como foi o caso da proposição de novas classificações do vinho por especialistas no campo científico, que reverberaram em discussões no campo

econômico e levaram a uma reformulação desse mercado (p. 177).

A parte II do livro *Shaping and Negotiating Deep Reform* possui três capítulos e analisa a preparação da reforma levada a cabo em 2008 na indústria do vinho. Cada um dos três capítulos aborda o trabalho político ocorrido no campo científico (capítulo 3), campo econômico (capítulo 4) e campo burocrático (capítulo 5), e as contingências que ressoaram entre os esses espaços.

Esta segunda parte trata das relações que podem ser tecidas entre conhecimento, ciência e poder, demonstrando como empresas e corpos administrativos podem tirar proveito das lutas conduzidas no campo científico, entre pesquisadores de diferentes áreas (engenheiros agrônomos, advogados, geógrafos, enólogos), e encontrar meios para legitimar suas próprias ações e contestar a dos seus concorrentes.

Desde a década de 1990, algumas ideias no campo científico sobre as mudanças necessárias na indústria do vinho começam a circular, amparadas em uma narrativa centrada na demanda de um “novo consumidor”<sup>18</sup>. O argumento defendido pelos autores, e que ilustra a tese da contingência entre os campos, é que pesquisadores não se engajam simplesmente em relações diretas com firmas, mas antes estão envolvidos em um campo científico historicamente constituído e fortemente hierarquizado, cuja estrutura – de lutas – apenas contingencialmente coincide com outros campos,

18 A favor dessa nova demanda e da recuperação de fatias do mercado global pela indústria vinícola europeia, advogou-se: uma padronização e simplificação da classificação dos vinhos, mais relacionada a variedade das uvas, e não a outros critérios, como o *terroir*; adoção de técnicas mais efetivas de produção, incluindo expansão da mecanização, permitindo maior redução de custos; maior verticalização e concentração da produção, revertendo a fragmentação do processo produtivo em pequenas propriedades, e.g., propriedades familiares, pequenas e médias empresas, tornando-o mais dominado por grandes corporações (p. 58).

“dando origem para suportes mútuos” (tradução nossa, p. 61).

Em decorrência, as relações institucionalizadas que organizam a produção (*sourcing*) e comércio (*commerce*) sofreram várias mudanças. Uma de destaque é a modificação no modo de comercialização dos vinhos, que passam a ser predominantemente adquiridos através de redes de supermercados. Durante as décadas de 1970/1980, os supermercados concentravam-se na venda de vinhos baratos e de baixa qualidade (vinhos de mesa ou *vins de table*). Na década de 1990, essas redes passam a disponibilizar uma ampla variedade de vinhos de maior qualidade, produzidos no esquema das *appellation d'origine contrôlée*.

A terceira e última parte do livro *Implementing Change: Reinstitutionalization or Reproduction?* discute o modo como as novas normas e representações trazidas pela reforma de 2008 se institucionalizaram, no sentido de terem adquirido, ou não, legitimidade e gerado “padrões aceitabilidade” (p. 133) ao nível das práticas dos atores. A reclassificação dos vinhos, baseadas no ano e nas variedades das uvas, e as novas regras propostas pela reforma, afetaram menos as regiões que produzem com base na indicação geográfica (*appellation d'origine*) e que decidiram manter suas tradições. Por outro lado, os *vins de table*, que por muito tempo foram estigmatizados na Europa pela falta de indicação de origem geográfica de suas uvas e produção fora das tradições do *terroir*, puderam receber uma nova publicidade e reinserção no mercado devido aos novos critérios de classificação.

O livro em questão propõe um modelo de análise sobre as mudanças econômicas. Embora se aproxime das teorias concorrentes ao se afastar do arquétipo mais atomizado e individualista de *homo economicus*,

busca identificar e superar os seus “pontos cegos”. Para executar tal empreitada, os autores se utilizaram de fundamentos desenvolvidos na teoria dos campos de Pierre Bourdieu. O trunfo dessa adesão mais rigorosa a Bourdieu está na capacidade, que ele forneceu aos autores, de identificar lacunas analíticas nas demais abordagens, sobretudo aquelas que tocam na falta de consideração pelo aspecto mais estrutural da teoria dos campos, que indicam a dinâmica de relação (e luta) entre posições diferenciadas e os limites e possibilidades que trazem para a ação, e não diretamente entre atores específicos.

Ao mesmo tempo, a ênfase na importância da legitimação para a estabilização ou transformação das instituições associa-se também a uma herança bourdieusiana. Nessa questão, os autores corroboram a vinculação do processo de institucionalização com o senso prático dos atores, distanciando-se de abordagens institucionalistas que concebem as instituições como prescrições instantaneamente incorporadas pelas ações individuais.

O termo variedade (*varietals*) no título do livro refere-se tanto a mudanças no paradigma de classificações dos vinhos europeus – após a reforma de 2008, estes passam a se basear pelo ano e variedade das uvas, abandonando a perspectiva do *terroir* –, quanto pela expectativa que os autores possuem do modelo da contingência estruturada se adequar analiticamente a diferentes setores econômicos e a uma variedade de realidades empíricas marcadas pelas mudanças em mercados.

A relação entre ordens institucionais e os campos que as estruturam proposta pela abordagem em questão, apresenta, portanto, renovação nas possibilidades de análise das mudanças econômicas. Traz um impe-

to inovativo entre abordagens institucionalistas que nas últimas décadas pouco se diferenciaram entre si, especialmente nos argumentos sobre as causas das mudanças em atividades econômicas. A teoria da contingência estruturada trabalha de maneira mais ampla e com maior possibilidade de aplicação empírica na relação de ressonância e disrupção entre diferentes espaços sociais (campos)<sup>19</sup>, introduzindo o elemento da contingência como fundamental para o desencadeamento de mudanças.

## Referências

BOURDIEU, P. O campo econômico. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 6, p. 15-58, 2005.

BOYER, R. *Teoria da regulação: os fundamentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CARNEIRO, M. S. A sociologia dos agenciamentos mercantis e a contribuição de Michel Callon para o estudo dos mercados. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 3, p. 745-767, 2019.

FLIGSTEIN, N.; McADAM, D. *A theory of fields*. New York: Oxford University Press, 2012.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 193-223, 2003.

**Recebido em: 15/02/2024**  
**Aprovado em: 30/04/202**

19 Este tipo de relação entre diferentes espaços sociais também foi trabalhado na teoria dos Campos de Ação Estratégica (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012), através do conceito de *broader field environment*. Entretanto, as possibilidades de influência, e contingência, entre estes espaços sociais possui contornos mais claros no modelo da contingência estruturada